

O CÓLERA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: IMPrensa E EPIDEMIA NA PARAÍBA OITOCENTISTA

Nayana R. C. Mariano¹

[...] A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna freqüentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. (REVEL; PETER, 1995: 14)

Paraíba, 1861/62. O Cólera mais uma vez traz à tona o clima de medo para a população que vivenciou, no ano de 1856, uma crise epidêmica com um altíssimo índice de mortalidade, quase 30.000 pessoas, em uma população que não totalizava trezentos mil habitantes, gerando no imaginário dos contemporâneos uma possível aproximação com a morte, visto que, a sintomatologia que provocava e seu súbito aparecimento deixavam a população temerosa.

O alto índice de vítimas foi amplamente noticiado pela imprensa. O jornal A Época, em 08 de março de 1856, diz que a mortalidade era tamanha que doentes vivos foram levados para o cemitério de Areia, e que em Pilar, a população aterrorizada fugiu, deixando para trás cadáveres em decomposição (ALMEIDA, 1978). A temática virou notícia nos periódicos paraibanos que tratavam o assunto de acordo com os princípios políticos que orientavam cada órgão.

Diante desse quadro, como o poder público e a população vivenciaram cotidianamente e metaforizaram tais acontecimentos que mais uma vez assolavam a província? Algumas dessas representações podem ser analisadas a partir dos discursos proferidos pelos jornais da época. Assim, o presente texto analisa as representações sobre o Cólera a partir das produções discursivas presentes no jornal A Regeneração,

¹ Mestre em Educação, professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú e pesquisadora do grupo “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista” (CNPq/UFPB).

que era partidário do governo Francisco de Araújo Lima, foi criado em 1861, e circulou até 1862 como “jornal político, literário, noticioso e comercial” (ARAÚJO, 1986).

É importante salientar que quando a manifestação de uma doença é rápida, acometendo conseqüentemente, a coletividade, um período de desorganização e necessária reorganização é posto. Daí uma variedade de construções discursivas entra em cena com o objetivo de recuperar a harmonia social, visto que esse é um período de crise, de ruptura de uma determinada estrutura.

Vindo de Pernambuco, o Cólera adentrou a Paraíba, pela segunda vez, em 1861, e de forma menos catastrófica que a epidemia de 1856, foi se desenvolvendo. Segundo o jornal A Regeneração, em janeiro de 1862, Bananeiras, Pedras de Fogo, Independência (atual Guarabira), Areia, Alagoa Grande, Ingá e Pilar já haviam registrado casos da doença. Com a propagação do flagelo, o poder público entra em cena como publicado no referido periódico em 18 de janeiro de 1862:

A câmara municipal d'esta cidade em vista do officio do Exm. Sr. Presidente da provincia sob n. 81 de 5 do corrente, recommendando-lhe que empregue os meios a sua disposição no intuito de conseguir melhorar o estado sanitario desta capital, extinguindo-se os focos de infecção, a fim de que se possa evitar a invasão da epidemia, que tem accometido alguns povoados de Pernambuco, manda fazer ciente a todos os seus municipes que tenham as suas casas limpas, e asseidadas, bem como as testadas, caiando-lhes não só as frentes, como internamente; fazendo conduzir os lixos das mesmas para os lugares já destinados pelas posturas municipaes. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou-se affixar o presente edital nos lugares mais publicos desta cidade e publicar pela imprensa.

O Cólera era uma doença tão temida que o edital não mencionou o nome da epidemia, considerada no século XIX como “ ‘a doença’ por excelência, a representação do mal que atacava a vida; a doença por metáfora” (DINIZ, 1997: 72).

O Cólera-morbo é uma patologia infectocontagiosa, descoberta em 1883 pelo médico alemão Robert Koch, provocada pela bactéria *Vibrio cholerae* quando presente em água ou alimento. Até a descoberta do agente causador da doença percebemos uma querela na medicina provocada pelo desconhecimento da etiologia, da transmissão e dos tratamentos adequados, o que gerou uma crise nos seus pressupostos epistemológicos. O médico paraibano Antonio da Cruz Cordeiro, uma das figuras de destaque na província

na segunda epidemia do Cólera, por exemplo, diz que: “o modo particular por que se desenvolve o cholera, a causa essencial de sua extensão, e suas circunstancias assaz variadas nos são inteiramente desconhecidas” (apud CASTRO, 1945: 49).

Isso explica determinados Códigos Posturais indicados pelo poder público em 1862 e publicados pela imprensa paraibana, seguindo recomendações médicas, tais como: a proibição de venda de mangas e qualquer fruta considerada nociva ou a pintura interna e externa dos domicílios. O próprio Dr. Cordeiro chama a atenção para um conjunto de medidas preventivas como: não dormir com as janelas abertas, manter quentes os pés e o ventre, evitar as fadigas excessivas, não abusar do álcool, etc.

Durante boa parte do Oitocentos, muitos médicos acreditavam que determinadas condições ambientais proporcionavam o desenvolvimento de doenças. Miasmas presentes no ar, oriundos de matéria orgânica em decomposição ou água parada provocavam, segundo essa concepção, epidemias como a do Cólera. A discussão ganha espaço com os que validavam a teoria do contágio, o que resultou em uma variedade de medidas profiláticas. Contudo, “no primeiro caso, seriam priorizadas a melhoria do estado sanitário da cidade e a adoção de regras higiênicas (...). No segundo, seriam fundamentais as quarentenas (...)” (PIMENTA, 2004: 34).

É importante ressaltar que muitas medidas propagadas pela imprensa oficial como compromisso do governo para com a população, denotam estratégias de segregação e disciplinarização, visto que, diante de uma conjuntura de crise, a população deveria ser policiada e esse controle social era fundamental, dentro das medidas político-administrativas, para o bom funcionamento e segurança da sociedade.

As Posturas Municipais, aprovadas pelas Câmaras, puniam aqueles que não seguissem as recomendações, como publicado em A Regeneração no dia 14 de março de 1862:

Art. 1º Fica proibida a venda de mangas, e qualquer fructa nociva nesta cidade, e povoações do seu termo, por espaço de noventa dias. O infrator pagará a multa de cinco mil réis por cada vez, e na falta sofrerá cinco dias de prisão; Art. 2º Ficão designados para depósitos dos lixos da cidade alta o Forte, e a casa da pólvora ao norte; e no Varadouro o Zumbi, e o porto da Gameleira ao sul; Art. 3º Toda a pessoa que deitar lixos na casa do mercado público desta cidade, e estragar o asseio da mesma casa, pagará quatro mil réis de multa por cada vez e na falta sofrerá quatro dias de prisão; Art. 4º Os

fiscais terão todo o cuidado de limpeza da cidade, advertindo a todos as obrigações das posturas em vigor; Art. 5º Ninguém poderá atracar farinha, ou qualquer outro gênero alimentício antes das três horas da tarde. O infractor pagará a multa de dez mil réis, sendo cinco pelo vendedor e cinco pelo comprador; Art. 6º Todas as pessoas, que conduzirem gêneros alimentícios para esta cidade serão obrigados a ir à casa do mercado publico. O infractor pagará a multa de cinco mil réis; Art. 7º Os carnicheiros serão obrigados a conservar os cepos, e balanças sempre limpos, e pátios dos açougues varridos diariamente. O infractor pagará a multa de cinco mil reis por cada vez; Art. 8º Os marchantes deverão conservar os açougues interiormente caiados, e espanados. O infractor pagará a multa de dez mil réis por cada vez; Art. 9º Revogão-se as posturas, e deliberações em contrário. Paço da Câmara municipal da cidade da Parahyba do Norte, em sessão ordinária de 19 de fevereiro de 1862.

A apropriação da temática pelos periódicos nos mostra um fenômeno que extrapola o patológico. Assim, entendemos a doença não apenas como fenômeno natural, mas, principalmente, como uma construção social, uma representação permeada de valores e práticas que revelam, também, uma determinada cultura política.

Posturas que regulavam o uso do espaço urbano e das práticas sociais locais como a não divagação de doentes pelas ruas, a proibição de enterramento no interior das igrejas, a construção de cordões sanitários, as quarentenas, a proibição do uso de água durante as festividades dos entrudos, exemplificam as preocupações com a “civilização” das condutas.

Os projetos de intervenção social revelam práticas autoritárias que negavam a liberdade individual a partir de um discurso construído pela medicina da época que objetivava legitimação, e essa aproximação com o poder público visava institucionalização. A epidemia era uma realidade, medidas governamentais deveriam ser tomadas, mas havia, de fato, uma intervenção abrupta no cotidiano das pessoas, hábitos deveriam ser moralizados, posturas eram condenadas, práticas eram controladas, porém, não havia espaço, nesse contexto, para a instrução da população, e esta, muito menos, tinha a quem apelar.

A Regeneração em 28 de fevereiro de 1962 diz: “sendo certo ainda que na Asia, paiz do cholera por excellencia, para combate-lo, usam de comer uma papa de pimenta em alta dose; estando verificado que os que não morrerem logo depois que a comem salvam-se”. Essa recomendação relacionada ao continente asiático nos remete a origem não-européia da doença e a ligação, muitas vezes feita no Ocidente, entre o Cólera e a

população pobre, considerada não civilizada: “a imaginação européia sobre a Índia reforçava essa associação entre doença e atraso. A Índia era vista como um país de profundos contrastes, causando, a quem a visitava, deslumbramento e perplexidade” (DINIZ, 1997: 67). Por isso, toda uma política de vigilância social deveria ser implementada junto à população, especialmente no tocante ao ordenamento do espaço (público e privado) e a regularização de seus usos.

No século XIX, a noção de pobreza associada a “vícios” tornava a maioria da população em malfeitores em potencial e o Estado assume o dever do controle social, visto que as classes pobres, além do perigo do contágio, poderiam ser problemáticas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública. Lembremos que entre os meses de dezembro de 1851 e janeiro de 1852 as províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe foram ameaçadas pela população, no movimento conhecido como Ronco da Abelha, que reivindicava a não aplicação dos decretos 797 e 798, que versavam sobre o “Censo Geral do Império” e o “Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos”, respectivamente. O medo da população era de uma possível escravização, pois os registros eram feitos com base na cor da pele e, a partir daquele momento, pelo escrivão dos Juízes de Paz, não mais pelos padres. Já o censo, dimensionaria o contingente populacional para solucionar a falta de mão de obra provocada pela extinção do tráfico negro em 1850 (SÁ, 2005).

A resposta da população diante do medo desse desconhecido no Oitocentos era rezar, acender velas, fazer procissão, pedir proteção. O medo desse mal desconhecido fez o jornal A Regeneração em 28 de fevereiro de 1862, alertar a população com relação aos sintomas:

Primeiros symptoms – cholera. Logo que alguém sentir qualquer indisposição, como – tonteira – ligeiras dores pelo ventre, com evacuações ou sem ellas – gases nos intestinos – nauzeas ou qualquer outro incommodo no estomago, quer vomite quer não – pezo ou dor de cabeça – dores pelo corpo – fraqueza geral – abatimento – ou tam somente diarrhea, (...). Se, porem, o doente não melhora, e pelo contrario os symptoms se tornam mais graves, e tudo nelle vai resfriando como em um cadaver, temos o cholera grave ou algido.

O medo do Cólera também era produzido pela aparência dos doentes, que criava imagens e gerava padrões de julgamento que orientavam as práticas sociais. Tais sinais reforçavam as teorias em torno da transmissibilidade e incurabilidade da doença. Logo, as atitudes coletivas diante das ameaças epidêmicas: o medo da morte, a busca da salvação, a angústia, a necessidade de explicações, etc.

No dia 7 de março de 1862 o periódico A Regeneração revela:

Ultima hora. Cholera – Em Campina e suas proximidades, (...) subia a mortalidade, proveniente do cholera, á perto de 150!! Já se ia sentindo falta de remedios, e de alguns generos alimenticios. (...) a falta de medicos e especialmente de um hospital, tem causado a morte de muitos. O unico medico que tinhamos o – Manoel Carlos – dizem que esmoreceu, de maneira que estamos agora somente á mercê dos curiosos. O actual vigario – o padre Calixto – tem sido incansavel em tratar dos doentes, animal-os, e applicar-lhes os socorros espirituas; é por isso digno de todo elogio.

Apesar da defesa do governo de Francisco de Araújo Lima, o jornal reconhece a falta de médicos, medicamentos, alimentos e hospitais. Porém, em 28 de fevereiro do mesmo ano, o periódico noticiava a sua indignação frente ao que foi publicado em O Despertador, órgão do Partido Liberal, criado em 1859 e que circulou até 1869, redigido por Antonio de Souza Carvalho, no tocante as críticas pela ausência de médicos e medicamentos em Pedras de Fogo e Pilar. A Regeneração diz que “O Despertador tem só por timbre mentir, e desconsiderar os seus desaffectedos (...). Pode dizer o que quizer, pode mentir como for do seu agrado. Todos os habitantes (...) são testemunhas dos bons serviços que ha prestado o Sr. Dr. Vital”.

Para a população pobre que vivenciou a epidemia ficava o medo do contágio direto, a busca de explicações religiosas para tamanha fúria, a estigmatização. O poder político e o saber médico, tendo que lidar com os problemas criados pela doença, apontavam sujeitos e espaços predispostos ao Cólera, bem como, as medidas saneadoras

que deveriam ser tomadas. Algumas medidas eram importantes para frear a devastadora epidemia, mas muitos resultados foram ganhos a preços sociais elevados, num exemplo clássico de violência contra a cidadania.

Referências:

Periódico

A Regeneração –1862

Bibliografia

AGUIAR, Wellington. **A velha Paraíba nas páginas de jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**. João Pessoa: Ilustrada, 1986.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantes de sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)**. Tese (Doutorado em História na UNICAMP). Campinas, 1997.

FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org’s.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil**. Campinas / SP: Ed. da Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org^a). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, Dhenis Silva. “Alicerçado na dor: cólera-morbus na vila de Maranguape (1849-1862)”. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. “A doença revelando a história: uma historiografia das doenças”. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

Ó, Alarcon Agra do. “Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial”. In. Ó, Alarcon Agra do et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2ª. ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

PIMENTA, Tânia S. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. “O corpo: o homem doente e sua história”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Historia: novos objetos**. 4ª ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SÁ, Ariane N. de M. **Escravos, livres e insurgentes**. Parahyba (1850-1888). João Pessoa: UFPB, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. Tradução: Rubens Figueiredo/Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.